



MUNICÍPIO DE ALMADA  
CÂMARA MUNICIPAL

**ENCONTRO  
“A DEFESA DA GESTÃO PÚBLICA  
DA ÁGUA – PORTUGAL E A EUROPA”**

**ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA  
DA REGIÃO DE SETÚBAL  
FÓRUM MUNICIPAL ROMEU CORREIA**

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

**29 DE FEVEREIRO DE 2012**

Exm<sup>o</sup> Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal e meu colega Presidente da Câmara Municipal da Moita, João Lobo

Exm<sup>o</sup> Senhor Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada e Vereador na Câmara Municipal de Almada, José Gonçalves

Exm<sup>o</sup> Senhor Presidente da Direção Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, Francisco Braz

Exm<sup>o</sup> Senhor Diretor da Unidade de Pesquisa de Serviços Públicos da Universidade de Greenwich, Reino Unido, David Hall

Exm<sup>o</sup> Senhor Moderador deste debate, Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, Batista Alves

Distintas e Distintos Participantes e Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É uma honra e um imenso prazer poder receber nesta nossa casa de cultura, que é também vossa, esta iniciativa – tão significativa quanto importante – da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal. Dirijo-vos, por isso, uma calorosa e fraternal saudação de boas vindas a Almada, Terra de Liberdade, onde o Desenvolvimento Sustentável Solidário e Eco-Eficiente se constitui como objectivo estratégico central nesta segunda década do século XXI.

Sejam muito bem-vindos.

Reunimo-nos neste Encontro com o objectivo primeiro de publicamente reafirmarmos o nosso firme empenho e a nossa firme determinação na defesa de uma política nacional que preserve no nosso país a gestão pública da água de que necessitamos para viver.

A consagração do princípio da universalidade do direito ao acesso à água, um bem insubstituível e indispensável à vida de todos os seres humanos como de todos os seres vivos, constitui um extraordinário avanço civilizacional das sociedades humanas modernas.



MUNICÍPIO DE ALMADA  
CÂMARA MUNICIPAL

Essa realidade representa o reconhecimento universal do direito inalienável de todos os seres humanos, indistintamente da sua condição social, económica, étnica, religiosa ou qualquer outra distinção, em aceder em condições de equidade social e económica ao “precioso líquido” como a avisada e sabedora voz popular designa a água que nos mata a sede a todos.

É nossa profunda convicção, assim como a História recente dos Povos, dos Países e das Sociedades o demonstra com clareza, que apenas uma gestão pública da água assegura o direito de todos os homens e mulheres ao acesso àquele bem essencial e indispensável, assim como uma gestão pública da água é a única via que garante o carácter de equidade social e económica a que a disponibilização e distribuição daquele bem necessariamente terá que obedecer.

É por isso com extraordinária preocupação que encaramos as sucessivas tentativas de eliminar o carácter público da gestão da água em Portugal, traduzidas numa intolerável *“pressão legislativa e de governação sobre as autarquias para que abandonem as suas responsabilidades e competências em matéria dos serviços públicos de água e saneamento prestados à população”*.

Para este objectivo têm sido desenhadas e postas em prática diferentes estratégias, tendo todas elas como mira final, obviamente, o desmantelamento do Serviço Público de abastecimento de água para consumo e do saneamento básico, e a sua entrega aos interesses privados.

Vivemos uma nova etapa nesta estratégia de privatização da água, que se anuncia ainda mais brutal do que todas as anteriores. O Governo atual vai muito mais longe do que os antecessores alguma vez ousaram: anuncia uma nova iniciativa de *“reestruturação do sector da água e do saneamento”*, ao mesmo tempo que promove uma brutal ofensiva contra a autonomia constitucional e legal do Poder Local Democrático, que eufemisticamente qualificam como *“reforma da administração local”*.

As duas realidades associadas exigem de forma imperiosa que os cidadãos e cidadãs, as suas organizações, os eleitos e os Órgãos do Poder Local Democrático assumam decididamente a defesa da gestão pública da água, e a recusa de descaracterização e desmantelamento das estruturas do Poder Local Democrático, como forma de impedir a apropriação por ilegítimos interesses de um bem essencial à própria sobrevivência da nossa espécie.

A verificar-se esta apropriação privada da água, ela constituiria uma perda irreparável para a qualidade de vida dos cidadãos, colocando em sério risco a possibilidade real de acesso à água por parte de grupos populacionais mais desfavorecidos, e corresponderia a um retrocesso civilizacional sem paralelo na história moderna dos homens, retrocesso que inequivocamente rejeitamos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estamos em Almada, permitam-me por isso uma referência à nossa experiência e ao nosso percurso concreto neste domínio.

Em Almada assumimos, desde o exato momento em que o Poder Local Democrático foi instituído pela Constituição da República resultante da Revolução do 25 de Abril de 1974, a gestão pública do bem essencial que é a água como um desígnio absolutamente prioritário do nosso Município, tendo como principal propósito o acesso de todos os Almadenses à Água e à Qualidade da Água.



MUNICÍPIO DE ALMADA  
CÂMARA MUNICIPAL

Afirmando, praticando e aprofundando a cada momento e a cada novo passo um processo de gestão pública da água no nosso Concelho, construímos e desenvolvemos uma orientação estratégica neste domínio absolutamente coerente no que à plena e equitativa satisfação das necessidades das populações diz respeito, cujos frutos são hoje bem visíveis e bem palpáveis.

Nos anos 70 e 80 do século passado investimos quase toda a nossa capacidade financeira na infraestruturação do nosso Concelho tendo como principal objectivo promover a saúde das populações.

Encontramo-nos hoje num elevadíssimo patamar de satisfação e de qualidade dos serviços prestados que muito nos orgulha. Podemos afirmar que neste momento, ao nível do abastecimento domiciliário de água para consumo humano, satisfazemos 100% das necessidades registadas no nosso território; assim como dispomos de uma capacidade instalada para tratar a 100% as águas residuais no nosso Município.

E podemos apresentar com orgulho estes resultados, podemos afirmar esta nossa posição cimeira no que à satisfação destas necessidades básicas diz respeito, por uma razão tão simples quanto significativa e importante: por dispormos de uma gestão integralmente pública de todo o ciclo urbano da água no nosso Município!

Esta é a realidade inelutável que é preciso que afirmemos com determinação, porque ela demonstra que a garantia de um acesso universal e equitativo à água por parte de todos os cidadãos é possível com a gestão pública da água, ao invés da lógica de exploração privada dos recursos e dos sistemas, que leva inevitavelmente ao afastamento do acesso natural ao consumo de água de camadas da população sem recursos financeiros para suportar os preços daí decorrentes.

Esta realidade é, aliás, suportada por experiências concretas levadas a cabo em países nossos parceiros no espaço europeu. Diversos países – o Reino Unido, a França, a Itália serão os casos mais conhecidos – ensaiaram a experiência de privatização do sector da água e foram forçados, pela luta das populações e pela insustentabilidade do processo, a recuar e a regressar à solução da municipalização dos sistemas de abastecimento de água aos cidadãos.

Portugal tem que evitar ter que fazer o mesmo caminho daqueles que, tendo ensaiado a privatização, acabaram por perceber e reconhecer que a via do “negócio da água”, da apropriação privada de recursos e sistemas no fornecimento de água potável aos cidadãos não corresponde, muito pelo contrário, a uma solução sustentável para o próprio funcionamento dos países e para a vida em comunidade nas sociedades modernas.

Portugal tem que recusar as pressões que estão a ser exercidas neste momento pela “troika” estrangeira, em particular pelo Fundo Monetário Internacional, no sentido do país avançar para a privatização da gestão da água.

Portugal e os Portugueses têm que assumir plenamente que a **“água é um bem essencial, é indispensável à vida e constitui um património que é de todos. Sem água não há vida. O Estado deve funcionar como garante do direito à generalização e democratização do acesso das populações aos serviços de abastecimento de água”**, como podemos ler na introdução da Petição Pública em defesa da gestão pública da água que está neste momento em processo de subscrição nacional.



MUNICÍPIO DE ALMADA  
CÂMARA MUNICIPAL

Por isso, Portugal e os Portugueses têm que dar força e expressão concreta à Iniciativa Legislativa de Cidadãos que se encontra igualmente em curso no nosso País neste momento, que visa levar à Assembleia da República um Projeto de Lei do qual me permito reproduzir, pela importância e significado que assume, o conteúdo do seu artigo 1º, Direito à água:

***Artigo 1º (Direito à água)***

***Todas as pessoas têm direito à água para beber, para confecção de alimentos e higiene pessoal e doméstica em quantidade, qualidade, continuidade e local adequados, bem como ao saneamento, recolha e descarga das águas residuais domésticas e à segurança sanitária, ninguém podendo ser privado da sua fruição, nomeadamente por razões económicas.***

Caras e caros participantes,

A privatização anunciada da gestão da água que paira sobre Portugal e sobre os Portugueses é uma ameaça real que, a concretizar-se significaria a perda da garantia de acesso universal e equitativo a este recurso indispensável à própria sobrevivência.

A água enquanto recurso imprescindível à vida humana tem que ser e estar acessível a todos sem exceções.

A água, enquanto recurso imprescindível à vida humana, não é compatível com qualquer processo que conduza à sua apropriação privada, e que transforme o seu uso num negócio rentável e lucrativo para alguns.

A Água, pela sua importância para a sobrevivência da espécie humana, foi classificada e reconhecida como direito humano fundamental e inalienável pela Organização das Nações Unidas.

Todas as experiências que conhecemos de entrega da gestão da água a interesses privados traduziram invariavelmente as mesmas consequências para a qualidade de vida de milhões de seres humanos:

- Aumento brutal do preço da água;
- Agravamento dos custos dos factores de produção;
- Exclusão dos mais pobres por razões de rentabilidade;
- Degradação acentuada da natureza e da qualidade da água;
- Degradação acentuada das infraestruturas pela tendência de desinvestimento na sua conservação que também invariavelmente comporta;
- Incumprimento, muitas vezes absolutamente dramático, dos padrões de qualidade ambiental por falta de proteção;
- Perda do controlo democrático das populações incluindo a perda de direito de participação;
- Falta de transparência na justa medida em que se transforma o processo num negócio;
- Destruição de postos de trabalho e perda de direitos e regalias laborais impostos em nome da chamada eficácia da gestão;
- Graves prejuízos para a economia local sobretudo para as pequenas empresas;
- Perda de um importante sector estratégico para o desenvolvimento da economia dos Países, tornando-os menos soberanos e mais dependentes de interesses estrangeiros.



**MUNICÍPIO DE ALMADA  
CÂMARA MUNICIPAL**

Em nome do progresso, do desenvolvimento, em defesa da saúde e da própria Vida, esta é uma questão da máxima importância e urgência, sobre a qual temos que manter uma atuação e uma vigilância permanentes. Temos que desenvolver todos os esforços no sentido de informar e sensibilizar todas as cidadãs e todos os cidadãos de que a defesa dos seus reais interesses passa, imprescindivelmente, pela defesa de uma gestão pública, competente, séria e transparente dos recursos aquíferos e dos sistemas de produção, distribuição e tratamento da água que todos necessitam para viver.

Temos todos que agir enquanto é tempo.

Este Encontro é também ele um ponto de chegada e de partida na “Defesa da Gestão Pública da Água” no nosso Concelho, na nossa Região, no nosso País.

Muito obrigada pela vossa atenção.

A Presidente da Câmara Municipal de Almada  
Maria Emília Neto de Sousa